

O Cenário Político-Educacional Fluminense: narrativas e testemunhos do primeiro governo Brizola (1983-1987)

Lia Faria

Rosemaria Josefa Vieira da Silva ()*

Resumo: O presente estudo busca recuperar narrativas e testemunhos acerca dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no período de implantação do I Programa Especial de Educação – I PEE (1983-1987). Para tal, nos ancoramos em um conjunto de narrativas; produções acadêmicas produzidas no interior dos programas de pós-graduação; matérias publicadas em periódicos de grande circulação e, em documentos e materiais produzidos para o professorado atuante naquelas unidades escolares. Portanto, nosso trabalho evidencia também as tensões que permeavam a tessitura política que circundava o governo de Brizola, no momento de sua posse em março de 1983 e durante o seu primeiro mandato.

Palavras-chaves: Discursos político-educacionais; CIEPs; Darcy Ribeiro; Leonel Brizola.

Abstract: The present study seeks to recover narratives and testimonies about the Integrated Centers of Public Education (CIEPs), during the period of implementation of the I Special Education Program – I PEE (1983-1987). For this, we anchor ourselves in a set of narratives; Academic productions produced within postgraduate programs; Articles published in periodicals of great circulation, and in documents and materials produced for the faculty active in those school units. Therefore, our work also highlights the tensions that permeated the political fabric that surrounded the governed Brizola, at the time of his inauguration in March 1983 and during his first term.

Keywords: Political-educational discourses; CIEPs; Darcy Ribeiro; Leonel Brizola.

Apresentação

O escopo do presente artigo é recuperar narrativas e testemunhos acerca dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no período de implantação do I Programa Especial de Educação (I PEE). Para tal, nos ancoramos em três modelos de *falas*, as narrativas acadêmicas produzidas no interior dos programas de pós-graduação, as matérias publicadas em periódicos de grande circulação e, em documentos e materiais produzidos para o professorado atuante nas

(*) *Lia Faria* é pós-doutora em Educação pela Universidade de Lisboa e em Ciência Política pelo IUPERJ, doutora em Educação (UFRJ) e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Rosemaria Josefa Vieira da Silva* é doutoranda em Educação (UERJ), mestre em Educação (UERJ) e professora da SEEDUC-RJ.

unidades escolares, apontando ainda para outras *falas* que ajudam a compor a nossa reflexão: relatos de professores, relatórios das equipes de treinamento dos CIEPs e, por fim, a literatura existente sobre o tema.

Nessa perspectiva, observemos um fragmento do Manifesto da II CBE, no qual destacavam que:

é exatamente este o novo desafio histórico: ao mesmo tempo em que reconhecemos estar no final de um ciclo em que o autoritarismo, o mandonismo e a falta de oportunidade de participação popular prevaleceram, é neste momento – e como fruto da nossa ação cotidiana de resistência, de protesto, de inconformismo – que são gestadas as condições para a construção da nova sociedade democrática (ANAIS DA II CBE, 1982, p. 09).

O trecho acima aponta para o que se vivenciava naqueles primeiros anos da década de 1980, com a sensação de que o término definitivo do regime ditatorial estava prestes a acontecer, a sociedade e todos os seus setores ensaiavam novas formas de organização¹. O processo de redemocratização, com vistas aos novos rumos políticos que o país tomava promovia na sociedade uma retomada da discussão acerca de vários temas inerentes a um país efetivamente democrático.

A agenda para a Educação constituía-se de questões históricas, como a erradicação do analfabetismo, a ampliação de vagas de 1º e 2º graus, melhorias das condições das universidades públicas, ampliação de cursos de formação de professores e, ainda, a própria redemocratização da escola, ou seja, a recuperação do sentido republicano de escola – direito à educação de qualidade social para todos.

Dois anos após a realização da I CBE, em 1982, se realizaram as eleições diretas para governadores em todo o país². No Rio de Janeiro foi eleito Leonel de Moura Brizola, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), tendo como vice-governador o antropólogo Darcy Ribeiro, que depois se tornaria também secretário estadual de cultura e presidente do I PEE.

Logo, discutir a importância das políticas educacionais empreendidas pelo I PEE, tendo a frente Darcy Ribeiro, exige um esforço de recuperação teórica e memorialística, em busca da gênese das diferentes concepções político-pedagógicas que irão travar um duelo, nos palcos do sistema público estadual de ensino.

1 Na área da educação, houve greve de professores da rede pública de ensino dos grandes estados. Foram criados a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), o Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Educação (ANDE) e, em 1980 realizou-se a 1º Conferência Brasileira de Educação (CBE) em São Paulo.

2 Em 1982, governos de oposição ao regime militar foram eleitos em dez estados da União: MG, SP, PR, PA, AM, AC, MTS, GO, ES e RJ.

Nesse contexto de um passado ainda recente, lançamos o olhar sobre as percepções, as orientações ideológicas e as posições dos principais atores sociais que irão possibilitar um redesenho do quadro histórico-estrutural daquele momento, de retomada do processo democrático em âmbito nacional, objetivando desvelar o processo histórico de implantação dos CIEPs em meio às contradições políticas que irão caracterizar os últimos anos do Estado de exceção.

Torna-se importante ainda identificar os diferentes discursos que permeavam o meio acadêmico, visando analisar o pensamento educacional produzido pelas correntes político-ideológicas, que apoiaram ou rejeitaram o I PEE, buscando assim um entendimento mais amplo da gênese de tal rejeição (FARIA, 2011).

O voo interrompido: a Educação Integral na gênese de um projeto *fazimento*

Relembrar hoje o golpe de 1964 traz para a minha geração dos anos 60, um estranho gosto de fel... pai afasta de mim este cálice.... Aquela juventude generosa e nacionalista foi abatida em pleno voo. Os sobreviventes foram às ruas nas Diretas já, no Impeachment de Collor, na eleição (vitória) de Lula. E agora? (FARIA, 2006).

Acreditamos que a mudança de todo um sistema educacional, não se faz da noite para o dia. Exige tempo, vontade política e continuidade administrativa (LINHARES, 1989).

O I PEE traz traços diversos na sua constituição, que vão além das influências de seus idealizadores. Cabe então destacar que uma das facetas mais marcantes vem exatamente dos princípios que buscam a implementação da Educação Integral na Educação brasileira.

O projeto dos CIEPs³ tornou-se uma das maiores referências em se tratando de projetos educacionais do Brasil. Certamente tal visibilidade se dá pelo alto número de unidades construídas, foram mais de 500. Todas erguidas a partir de 1983 quando Brizola toma posse no governo do estado do Rio. O processo de construção se dá em pelos menos duas fases distintas, a primeira entre abril de 1985 a março de 1987, e a segunda a partir de 1991, com o início do segundo governo Brizola e a implantação do II PEE (Oliveira, 1991).

Paralelamente, nas ações brizolistas/pedetistas, é possível observar também que a discussão em torno das possibilidades de implantação da Educação Integral ganha força e espaço nos debates

3 Darcy Ribeiro editou *O Livro dos CIEP's* em 1986. No livro encontramos em detalhes a descrição do projeto. Tendo como destaque alguns aspectos mais relevantes, como por exemplo, a informação de que o CIEP foi concebido como uma escola pública de horário integral, ou seja, funcionava das 8:00h às 17:00h fazendo o atendimento das crianças do C.A. à quarta série ou da 5ª à 8ª série. Estas etapas funcionavam em prédios diferentes agrupando, as crianças da mesma faixa etária no mesmo espaço.

acadêmicos. Recebe ainda mais atenção dos partidos políticos que entendem que grande parte da população brasileira aspira por um espaço educativo mais ampliado para seus filhos.

Os CIEPs surgem assim com um projeto diferenciado, onde o atendimento seria ofertado em oito horas de jornada escolar, possuindo ainda concepções político-pedagógicas próprias. Destacam-se, o próprio atendimento em tempo integral, a construção da proposta pedagógica em eixos transdisciplinares, a exploração das várias formas de linguagem como formas de expressão do aluno, a gestão democrática das escolas por meio dos CECs (Conselho Escola Comunidade) e a articulação da educação com a área da cultura – pela atuação dos animadores culturais (RIBEIRO, 1986).

Outro destaque é a arquitetura dos prédios, desenvolvida por Oscar Niemeyer. Visava absorver o atendimento em tempo integral, baixos custos e pouco tempo de construção, o que possibilitou uma montagem acelerada, permitindo uma multiplicação rápida dessas escolas e erguendo de chofre uma “rede paralela de impacto”.

Dentre as metas do I PEE, foram estabelecidas a eliminação do terceiro turno diurno nas escolas, aumento da carga horária diária para cinco horas, revisão de todo o material didático, reforço adicional de horas de aula para a melhoria do rendimento escolar, separação dos alunos do primeiro segmento do ensino fundamental dos alunos do segundo segmento — da primeira a quarta e da quinta a oitava séries, respectivamente.

No interior dos CIEPs também existiam subprojetos, como as Casas da Criança com atendimento pré-escolar; os Centros Culturais Comunitários; a Educação Juvenil com atendimento noturno, para jovens de 14 a 20 anos; treinamento de professores e melhoria das condições de trabalho: cursos de capacitação para os professores; reestruturação da carreira docente; do estatuto do professor e dos regulamentos das escolas (RIBEIRO, 1986).

Contudo, é notório que o acesso ao ensino público no Brasil constitui-se historicamente em um grande desafio. Os problemas educacionais enfrentados pelo país surgem com a escola e a busca pela sua efetivada universalização. Vimos assim a história da educação brasileira se confundir com a luta pelo acesso à escola laica, pública e gratuita.

Ao mesmo tempo, na década de 1980 ocorreram mudanças profundas no cenário internacional, provocadas pelas transformações sociopolíticas e tecnológicas que emergem em praticamente todos os países do mundo. Dentro desse panorama o Brasil entra na nova ordem mundial, com baixos índices de alfabetização, da qualidade da educação básica e com uma formação técnica muito abaixo da real necessidade.

A implantação do programa também provoca o questionamento da pertinência do horário integral. Cunha (1991) aponta em suas análises que a implantação da proposta não foi bem-sucedida e, que por isso houve grande índice de evasão; tal fato é atribuído ao governo e aos profissionais que trabalhavam nos CIEP. Lima (1988) indica outra crítica à implantação: as contradições observadas entre o discurso da equipe central do I PEE e a prática nas escolas. Já Oliveira (1991) critica o discurso salvacionista de Brizola, que segundo a sua análise, justificava o programa atribuindo um valor de salvação social, o que acabou por estigmatizar o CIEP como “escola para pobre”.

Dentre as características encontradas nas análises de diversos autores, vale destacar que a permanência da demanda por essa escola advém do anseio dos pais e responsáveis por uma escola de horário integral. Leonardos (1991) assinala que o conceito de CIEP, para a comunidade em geral, era de um prédio em que funcionava uma escola de horário integral, o que lhes dava tranquilidade para trabalhar e garantir a alimentação e a proteção que os seus filhos necessitavam. Oliveira (1991) menciona a expectativa favorável da população, segundo a qual o índice de aprovação da comunidade em relação ao horário integral, ao prédio escolar, à integração criança-escola e à qualidade de vida da comunidade após implantação da escola ficou acima de 80%.

É necessário sublinhar também que diversos autores ressaltam que a proposta dos CIEPs provocou ampla discussão sobre a importância da escola pública. O debate contribuiu inclusive para o avanço do processo de democratização da escola pública.

Mignot (2004) afirma que os CIEPs conferiram uma identidade própria à escola pública de tempo integral, sua implantação ruidosa impossibilita que estes passassem despercebidos. Despertaram a atenção, sobretudo, porque contrastavam com os demais prédios escolares. Entretanto, a autora adverte que ao serem construídos deliberadamente em lugares de visibilidade estratégica, representavam monumentos à educação, a um partido político e a seus idealizadores.

A criação de uma escola pública de horário integral, através da implantação ruidosa dos Centros Integrados de Educação Pública, repercutiu nacionalmente, dando origem a vários debates e teses, ora com pontos a favor, ora contra as concepções e características peculiares de tal política educacional, como nos coloca Stock (2004), quando assinala que falar de CIEP é gerar polêmica, é um incessante questionamento por parte de professores e da sociedade. É ainda motivo de defesa de idéias e choque de opiniões.

Ainda de acordo com Mignot (2004), os defensores e críticos, prisioneiros de seus modelos, não perceberam que a sociedade se complexificava, exigindo um repertório variado de propostas

escolares. Os CIEPs atenderiam às demandas específicas da sociedade, como por exemplo, das mulheres que trabalhavam fora. Ao se afirmar a importância de recuperar a especificidade da escola transmissora do saber, não se poderia esquecer que ela também foi se modificando ao longo da história, incorporando funções educativas que antes pertenciam às famílias.

Assim, os defensores da proposta, ao transformarem esta escola em um modelo multiplicável, acabaram negando a própria inspiração do projeto: contemplar a diversidade que a rotinização das práticas pedagógicas impedia. Outro ponto destacado pela autora é o projeto arquitetônico uniforme, preso a horários pré-estabelecidos de funcionamento, generalizado como único modelo de escola, negando desta forma os argumentos que justificariam a escola pública de tempo integral. Os CIEPs passaram a representar o que seria o programa extensivo de educação para o Rio de Janeiro: “escola-casa”, “escola-restaurante”, “escola-ambulatório” — a compensação pública pelas carências emocionais, nutricionais, intelectuais, culturais e sociais.

Mignot (2004) apoia suas críticas no que considera práticas populistas, afirmando que a inexistência de transparência em relação a custos, critério de localização, número de escolas concluídas e de alunos atendidos, indicavam o uso dessa escola como instrumento populista de fazer política. Outra polêmica envolvendo a criação dos CIEPs do Rio de Janeiro diz respeito ao pesado investimento reservado à Educação, que convertido em moeda americana no ano de 1984, alcançava o valor aproximado de 60 milhões de dólares, levando à indignação a sociedade, uma vez que outros setores do estado se encontravam sem recursos suficientes, como a área de segurança pública.

Tais marcas fomentaram, em grande medida, o pensamento educacional que irá construir o I PEE, ou seja, a união das crenças sociais e políticas desses homens regem a constituição dos princípios norteadores do programa educacional implementado naquele período. Por um lado, observa-se a influência dos ideais trabalhistas que formaram o engenheiro e político Brizola, por outro, a questão que se apresenta é a centralidade de uma escola de qualidade social e cultural. As duas vertentes, portanto, forjam um projeto que se caracteriza por um conjunto de ideias que visavam instrumentalizar os educandos para enfrentar o mundo competitivo do trabalho, ampliar o acesso aos bens culturais e possibilitar a construção e ampliação de uma capacidade crítica em relação à sociedade brasileira.

Palavras em confronto: breve análise da produção acadêmica sobre os CIEPs

Ao ler e reler *outros olhares* tecemos uma análise acerca de algumas dissertações e teses defendidas no âmbito dos programas de pós-graduação, cuja temática enfoca os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

Os CIEPs ou brizolões como ficaram mais conhecidos, constituem tema bastante controverso nos debates da História da Educação fluminense (e brasileira). Em um primeiro levantamento⁴ dos trabalhos de pesquisa da pós-graduação das principais universidades brasileiras (UERJ, UFF, UNIRIO, USP, UNICAMP, UFRJ), foram encontradas mais de setenta dissertações e/ou teses cujo foco recai sobre a temática. Podemos considerar este número um volume razoavelmente grande em relação a breve vida deste projeto. Vale destacar que só consideramos os trabalhos que tratam especificamente dos CIEPs e a sua trajetória histórica.

Outdoor político, ação demagógica, assistencialismo, salvação pedagógica, revolução socialista – demagogos, loucos, comunistas, revolucionários – não faltam expressões e adjetivos que definam o projeto e seus idealizadores. Há mesmo uma torrente de expressões, que visam delimitar uma posição na escrita dos trabalhos pesquisados. Com raras exceções⁵, as dissertações/teses partem para uma defesa ou ataque,⁶ a análise se pauta em demonstrar, muitas vezes de forma passional, como os CIEPs representam um projeto muito negativo ou, ao contrário, constituíram-se de um instrumento de revolução social/educacional.

No interior do conjunto dessas pesquisas, em uma análise mais detida, conseguimos identificar os aspectos mais investigados do tema, assim, podemos apontar as questões que se acentuam nas inquietações de mestres e doutores em Educação⁷: em primeiro lugar duas questões aparecerem de maneira recorrente, à afiliação político-partidária do projeto e o seu corpo arquitetônico, ambas constituem a preferência dos críticos e, para os defensores o papel social é o

4 Em pesquisa na base de dados do Banco de dissertações e teses da CAPES foram encontrados 75 trabalhos (entre dissertações e teses) que enfocam os CIEPs.

5 Neste sentido, podemos citar os seguintes trabalhos: Emerique, Raquel. *Do salvacionismo á segregação: a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro*. Dissertação em Ciências Sociais. UERJ, 1997 e Guimarães, Miriam. *A escola de horário integral: um projeto de escola crítica em construção*. Dissertação, UERJ, 1992.

6 Neste caso, ver: Mozzaquatro, Aparecida. *Currículo escolar: um estudo da instituição CIEP*. Dissertação, UFSM, 1995 e Taveira, Dilson. *Conselho de classe participativo no segundo segmento do 1 grau: do mito ao exercício da cidadania*. Dissertação, UERJ, 1994.

7 Mais de 95% dos trabalhos foram elaborados no interior dos cursos de pós-graduação em Educação, mas é possível encontrar orientandos dos cursos de Ciências Sociais, Ciência Política, História Social e Comunicação.

contorno mais relevante⁸. É possível assinalar outros enfoques também, encontram-se nesta relação trabalhos sobre o custo da manutenção das unidades, debates sobre a orientação pedagógica, sobre a Educação Física, estudos de caso sobre evasão e alfabetização.

Mas, ao aprofundarmos a leitura e análise desses trabalhos encontramos uma lacuna que emerge dos estudos empreendidos por esses pesquisadores: o professorado fluminense. Silenciado numa perspectiva que o coloca a favor ou contra, comprometido ou resistente, atuante ou submisso, a voz do professorado é usada sempre que se quer corroborar uma perspectiva. Sua figura gravita em torno das discussões como peça acessória, nunca como ponto fundamental da implantação de uma nova política educacional.

No entrecruzamento *dos lugares de memória*, da história, dos registros, da escrita e da *operação historiográfica* é que se pretende tencionar determinadas questões, buscando através de um inventário de fontes determinado, forjar uma identidade e revisar possíveis visões cristalizadas que permeiam os estudos sobre os CIEPs.⁹

Na impossibilidade de analisar todas as dissertações/teses encontradas em nosso levantamento, optamos por focar dois trabalhos, datados de 1988 e que apresentam posições analíticas polarizadas.

Vozes dissonantes: os dois primeiros estudos sobre os CIEPs

A dissertação de Ana Chrystina Venâncio Mignot – *CIEP: Centro Integrado de Educação Pública alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação?* – de março de 1988, defendida no Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)¹⁰ e orientada pela professor Osmar Fávero. E a dissertação de Valdiléa Mattozo Lima – *CIEPs a re-invenção da escola pública? (um estudo de caso)* – de junho de 1988, defendida na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e orientada pela

8 As críticas e as defesas mais acentuadas aparecem entre os anos de 1988 e 1997, nos anos seguintes, com o esvaziamento do projeto e com a perda de prestígio político de Brizola, as pesquisas mudam o foco e privilegiam questões mais atuais no cenário educacional, como as representações sociais étnicas e de gênero, a cultura, a gestão democrática/participativa e a violência.

9 Cf. STOCK (2004), os estudos sobre os CIEPs tratam recorrentemente sobre a estrutura do programa, do projeto arquitetônico realizado por Oscar Niemayer e sobre o atrelamento político-partidário característico dos projetos desse tipo.

10 Mignot redigiria outros dois artigos, reforçando o tema do populismo no CIEP, um em 1989, no periódico do INEP, *Em Aberto*, elaborado como resumo da dissertação apresentada, inclusive com título semelhante ao seu trabalho de mestrado; outro em 2001, para Estudos Avançados v. 15 n. 42, com o título – *Escolas na vitrine: Centros Integrados de Educação Pública (1983-1987)*. Interessante notar, que a dissertação da autora, recuperada nos arquivos da PUC-RJ, consta na biblioteca com ausência de páginas, permitindo iniciar a leitura, somente a partir da página 183. Também, por isso, tentando recuperar e compreender a parte inicial da dissertação acrescentei a leitura dos artigos citados acima.

professora Fatima Cunha. Esses trabalhos foram respectivamente os dois primeiros estudos realizados sobre os CIEPs. Convém ressaltar que ambos são do mesmo ano e se debruçam sobre os primeiros CIEPs em funcionamento: o de Mignot no Rio de Janeiro e o de Lima em São Gonçalo. Considerando esta especificidade, optamos por analisar as duas dissertações.

Torna-se oportuno ressaltar que as autoras analisadas, no trabalho em tela, escrevem – simultaneamente – no mesmo período histórico (ano de 1988) e defendem na construção de suas narrativas posições divergentes. Mignot, contrária à escola de tempo integral, entende que a organização do CIEP é produto da ação *populista* empreendida por Leonel Brizola, Darcy Ribeiro e Oscar Niemayer. Lima constrói sua narrativa, no chão da escola, apresentando os contraditórios vivenciados entre a direção escolar, os professores, os alunos e pais de alunos para, no entanto, defender a necessidade de afirmação da escola de tempo integral.

Mignot, constrói sua narrativa apoiada em denso documental¹¹, afirmando que os CIEPs – por pretender salvar os indivíduos pela escola – se apresentam como instituições de educação *redentora*. Neste intento, a autora restringe ao *populismo* toda a ação política fermentada pela *práxis*, cuja perspectiva, contida nos interesses populares, engendra dimensões teóricas e práticas permanentes. Interesses que, na disputa entre o *legal e o legítimo*, também fazem brotar propostas de *educação popular*¹² muito além da simples manipulação política da classe dirigente.

A autora no item “Pressupostos teóricos”, entre as páginas 45 e 52, se ancora no marxismo, articulando os principais elementos gramscianos com o intento de categorizar as relações entre *superestrutura e infraestrutura* social. Para tanto, elege como prioritários os seguintes conceitos: *bloco histórico, sociedade civil, hegemonia, escola unitária e intelectual coletivo*. Movimento que, talvez pela ausência das páginas iniciais da dissertação no registro bibliotecário da PUC-RJ, não estão presentes na construção de Mignot.

Lima atenta a uma totalidade dialética, reforça no Resumo da sua dissertação, que a *ausência de um trabalho integrado, inviabiliza a realização de um processo educativo centrado no aluno, mas que só um caminhar conjunto, tornará possível a transformação do CIEP [...] na escola produtiva a serviço da classe popular* (grifos nossos).

11 A autora cataloga em sua escrita os seguintes documentos oficiais: Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (PDES) 1984/1987; Programa Especial de Educação (PEE); exemplares do Diário Oficial da época, além das teses e metas discutidas no I Encontro de Professores de primeiro grau da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro. Mignot, também faz alusão aos seguintes jornais: *O Globo, O Fluminense, Última Hora, Tribuna da Imprensa, Jornal do Brasil, Gazeta de Notícias, Jornal dos Sports, Folha de São Paulo e Folha da Manhã*.

12 Em Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico – Tomaz Tadeu da Silva define *educação popular*, como: “uma gama ampla de atividades educacionais cujo objetivo é estimular a participação política de grupos sociais subalternos na transformação das condições opressivas de sua existência social”.

Embora a escrita de Mignot reúna muitos registros expressando a fala dos atores da escola (professores e pais de alunos), juntamente com fontes documentais diversas, seu objeto, sem se ater às relações no chão da escola, se fixa na análise da “qualidade” no âmbito das políticas educacionais levadas a termo pelo PDT, como confirmado ao resumir a organização escrita no trabalho que ora analisamos:

embora este estudo tivesse por objetivo investigar as concepções de qualidade de ensino embutidas na proposta e no debate sobre os CIEPs – envolvendo a sociedade e em especial os professores – procuramos também verificar como o Governo do Estado do Rio de Janeiro interpretou os interesses dos diferentes segmentos sociais em sua política educacional (MIGNOT, 1989, p. 45).

Popular e populismo são atributos de *qualidade* em disputa na dissertação de Mignot, cuja síntese em favor do populismo irá definir sua organização escrita.

Se a estratégia narrativa de Mignot buscou constatar a insatisfação de professores e profissionais ligados ao CIEP, a estratégia de Lima, sem deixar de dar espaços, no seu *estudo de caso*, às vozes críticas do projeto, apresentou-se mais ligada à expectativa direta dos atores populares que estavam envolvidos na utilização dos recursos educacionais da escola, no caso, alunos e pais de alunos.

Se em Lima há um esforço de partida por mediações de primeira ordem – em Mignot sua crítica sobre o *populismo*, ao trabalhar com mediações de segunda ordem, ficará evidente.

Suas respectivas falas ao final das dissertações são sintomáticas.

Transformados de benesses em conquistas, os CIEPs representam, queiramos ou não, um mito, um novo patamar de qualidade que a população por ele vai lutar, mesmo que isso não signifique escola de tempo integral (MIGNOT, 1988, p. 243).

Contudo, apesar dos problemas ressaltados, das inúmeras contradições existentes, considero importante não se acabar com esta escola de horário integral (LIMA, 1988, p. 167).

No entanto, como a historiografia é marcada por um processo permanente de ajustes e rupturas, a narrativa individual das autoras – embora aparentemente divergentes – ajuda em conjunto a compreender diferentes elementos de um mesmo tema.

Considerações finais

Um dos equívocos mais frequente nas análises da educação no Brasil, em todos os níveis e modalidades, tem sido o de tratá-la em si mesma, e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais e com marcas históricas específicas (FRIGOTTO, 2009, 17).

Os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, se inspiraram em ideais progressistas e visavam oferecer uma educação transformadora da sociedade. Para tal, deveriam ser uma nova escola, diferente da tradicional escola pública brasileira reproduzida historicamente pelos setores sociais privilegiados.

O momento social que os gerou pedia medidas que combatessem a fome, a desnutrição infantil, a ociosidade dos meninos de rua, o analfabetismo, a evasão e a repetência escolar e, também a delinquência e a marginalidade infantil, principalmente nos centros urbanos. O programa inspirado em Anísio Teixeira foi construído visando atender estas questões. Assim sendo, a principal intenção era prestar assistência social ao aluno e suas famílias: criança o dia todo na escola e fora da rua, alimentação balanceada e completa, atendimento odontológico e médico preventivo, alunos residentes na escola, concessão de material e uniforme escolar para as crianças matriculadas.

Os CIEPs, implantados por Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, do Partido Democrático Trabalhista – PDT, transformaram-se em carro-chefe dos governos brizolistas no Estado do Rio de Janeiro, mas também foram utilizados por outros partidos que pretendiam vencer as eleições neste Estado. Assim, o projeto dos CIEPs também foi outdoor político.

Por outro lado, a educação oferecida pelos CIEPs propunha a contextualização do saber universal sistematizado e o respeito à cultura popular do aluno, ênfase na educação democrática e cidadã. Nesta proposta, o papel da escola seria o de oferecer oportunidades e iguais condições a todas as crianças, sem reproduzir a estratificação da sociedade. Para tanto, os menos favorecidos deveriam ter prioridade.

Portanto, o que se observa é que o atendimento dos CIEPs para a camada pobre e marginalizada da população, da forma como foi executada, foi o deflagrador da grande resistência analisada neste trabalho. O discurso que exaltava a educação das camadas populares e sua relevância social, contraditoriamente, acaba por reproduzir o estigma contra o pobre e reforçar sua marginalização.

Apesar de seus dirigentes e implantadores afirmarem que a rejeição não foi pelas escolas, mas sim pela simples oposição política a Brizola e proveniente de alguns acadêmicos, que visavam também uma oportunidade de projeção, os CIEPs foram rejeitados e difamados muitas vezes, também por parte da população. Mães não queriam seus filhos estigmatizados de marginais, nem

tão pouco de pobres que não tinham o que comer. O nome CIEP passou a ser sinônimo de criança desamparada, desnutrida, delinquente, pobre e negra.

Apesar de toda a polêmica levantada com a implantação dessas escolas de tempo integral, não se pode deixar de afirmar que, como iniciativa na área pública, imprimiu marcas na escola fluminense. A construção de centenas de escolas em curto espaço de tempo, que ofereciam oito horas diárias de atividades com os alunos e eram mantidas pelo poder público, atingiu milhares de pessoas, alterou rotinas e concepções e criou uma possibilidade real, após anos, de outro sistema público de escolas.

Ao longo da presente investigação, podemos assinalar que o cenário que viu surgir o I PEE estava permeado de mudanças e contradições. Os atores presentes no palco dos acontecimentos naquele momento disputavam o poder e espaço no novo quadro político que começava a ser desenhado no período de redemocratização.

A escola imersa nesse processo se viu novamente protagonista de novas propostas e como um lugar de refundação da República. Naqueles mesmos anos, a professora Maria Yedda Linhares se perguntava ao rememorar a história do Brasil recente: *Que Brasil se deseja construir?*¹³ Tal pergunta aponta para as questões tratadas neste estudo. Ou seja, que sociedade desejamos legar para as gerações futuras? Qual é o projeto de educação desejável para o desenvolvimento do país? Quais as prioridades sociais e educativas têm o Brasil? E que marcas e permanências aquele projeto imprimiu na sociedade brasileira e fluminense? Perguntas sem respostas definitivas.

Pelo exposto, evidencia-se que as questões analisadas continuam em aberto. Pensar o lugar ocupado pelos CIEPs e pela proposta educacional brizolista naquele período e, as relações que se estabeleceram a partir dessa experiência necessitam ainda de muitos apontamentos.

Referências

- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla. Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOMENY, Helena. Salvar pela escola: Programa Especial de Educação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ALERJ/CPDOC/FGV, 2008. p. 95-127.

13 Ver *A deformação da história ou Para não esquecer*. J. L. Werneck da Silva Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1985.

- CASTRO, Magali de. O estabelecimento de políticas educacionais através da consulta às bases: revisitando a proposta do Primeiro Congresso Mineiro de Educação. *Ensaio: Avaliação, políticas públicas e educação*, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 197-208, abr./jun. 2006.
- CAVALIERI, Ana Maria Vilela. *Escola de educação integral: em direção a uma educação escolar multidimensional*. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- COELHO, L. M. C. C. *História(s) da educação integral*. Em aberto, Brasília, v.22, n.80, p.83-96, abr 2009.
- CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 2., 1982. São Paulo. *Anais da II Conferência Brasileira de Educação*. São Paulo: Diniz, 1982.
- COSTA, Marly Abreu. Comparação das estimativas do custo/aluno em dois CIEPs e duas escolas convencionais no município do Rio de Janeiro. *Educação e Sociedade* nº 40, 1991, pp. 486-501.
- CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. 2ª edição. SP: Cortez; Niterói; RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1995.
- EMERIQUE, Raquel. *Do salvacionismo à segregação: a experiência dos Centros Integrados de Educação Pública do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/PPCIS, 1997.
- FARIA, L. *CIEP: A Utopia Possível*. São Paulo: Livros Tatu, 1991.
- FOLHA DIRIGIDA – Entrevista publicada no Caderno Educação p. 28 em 11/11/03.
- GOMES, C. A. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, 2005.
- LIMA, V. M. *CIEPs: a re-invenção da escola pública? (um estudo de caso)*. (Dissertação de mestrado) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1988.
- LÔBO JÚNIOR, D. T. *CIEP: a impotência de um desejo pedagógico*. (Dissertação de mestrado) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1988.
- MAURÍCIO, L. V. Permanência do horário integral nas escolas públicas do Rio de Janeiro: no campo e na produção escrita. In: COELHO, L. M. C. C.; CAVALIERE, A. M. V. (Org.). *Educação Brasileira e(m) Tempo Integral*. Petrópolis: Vozes, cap.6, p. 112-132, 2002.
- MIGNOT, A. C. V. Monumento à Educação: escola pública de tempo integral. *Revista Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p.203-218, maio/dez.2004.
- _____. *CIEP - Centro Integrado de Educação Pública: alternativa para a qualidade do ensino ou nova investida do populismo na educação? Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado), PUC-RJ, 1988.
- O GLOBO. *Cieps 21 anos*. Rio de Janeiro: 28 de maio a 4 de junho de 2006.
- OLIVEIRA, C.A. *CIEP: modelos subjacentes de uma escola que estão fazendo escola*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, UFRJ, 1991.
- RIBEIRO, D. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1997.
- _____. *O Livro dos CIEPS*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

STOCK, SUZETE DE CÁSSIA VOLPATO. *Entre a paixão e a rejeição: A trajetória dos CIEPs no Estado de São Paulo – Americana*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. São Paulo: Campinas, 2004.

Recebido em: 10/11/2016.

Aceito em: 1/12/2016.